



Relatório de Atividades  
**Grupo de Trabalho**  
**Acesso Aberto**



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

## DO GRUPO DE TRABALHO ACESSO ABERTO

Apresentação das análises e recomendações do Grupo de Trabalho (GT) sobre Acesso Aberto, instituído pela Portaria CAPES nº 276/2023.

### Membros do Grupo de Trabalho

#### Coordenação-Geral do Portal de Periódicos e Informação Científica – CGPIC

Andréa Carvalho Vieira (Presidente titular)  
Armando Fortes Peixoto (suplente)

#### Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI

Marcia Cristina Bernardes Barbosa (titular)  
Oswaldo Luiz Leal de Moraes (suplente)

#### Secretaria de Educação Superior do MEC – SESU

Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca (titular)  
Tania Mara Francisco (suplente)

#### Associação Nacional dos Pós-Graduandos – ANPG

Rogean Vinicius Santos Soares (titular)  
Daisy Jorge Lima (suplente)

#### Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – CONFAP

Odir Antônio Dellagostin (titular)  
Marcos de Sá Fernandes da Silva (suplente)

#### Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC

Paulo Eduardo Artaxo Netto (titular)  
Ana Tereza Ribeiro de Vasconcelos (suplente)

#### Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Débora Peres Menezes (titular)  
Dalila Andrade Oliveira (suplente)

#### Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT

Washington Luís Ribeiro de Carvalho Segundo (titular)  
Marcel Garcia de Souza (suplente)

#### Scientific Electronic Library Online – SciELO

Abel Packer (titular)  
Solange Santos (suplente)

#### Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa – FOPROP

Carol Virginia Góis Leandro (titular)  
Carmelo Jose Albanez Bastos Filho (suplente)

#### Associação Brasileira dos Editores Científicos – ABEC

Sigmar de Mello Rode (titular)  
Edna Frasson de Souza Montero (suplente)

#### Academia Brasileira de Ciências – ABC

Glaucius Oliva (titular)  
Débora Foguel (suplente)

#### Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Carlos Aragão (titular)  
Ricardo Gattass (suplente)

#### Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias – CBBU/FEBAB

Adriana Cybele Ferrari (titular)  
Sigrid Karen Weiss Dutra (suplente)

Brasília  
2024

© 2024 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

Esta obra é licenciada sob uma licença Creative Commons – Atribuição CC BY 4.0, sendo permitida a reprodução parcial ou total desde que mencionada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C778 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
Relatório de Atividades - Grupo de Trabalho Acesso Aberto /  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. -- Brasília:  
CAPES, 2024.

20 p. : il.  
DOI: 10.21713/GTacesso

1. Pós-Graduação. 2. Publicação científica. 3. Article processing charges. 4. Ciência e tecnologia. 5. Política pública. I. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. II. Título

CDU 378  
CDD 378

Ficha elaborada pela bibliotecária Priscila Rodrigues dos Santos CRB1/3381

## SUMÁRIO

<b>RESUMO EXECUTIVO .....</b>	<b>5</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2 ANÁLISES E DEBATES .....</b>	<b>7</b>
2.1 Discussão sobre os modelos de acesso aberto e as contradições impostas pelas editoras comerciais.....	7
2.2 Experiência e Políticas de Acesso Aberto em outros países .....	8
2.3 Princípios, Diretrizes e critérios para Publicação e Acesso Aberto.....	9
2.3.1 Fortalecimento de revistas do Brasil .....	12
2.3.2 Elegibilidade, Financiamento e Distribuição de APCs.....	12
<b>3 RECOMENDAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>15</b>
3.1 Diretrizes, Critérios e Elegibilidade .....	15
3.2 Validação dos critérios com a comunidade científica.....	15
3.3 Realização de Projeto Piloto.....	15
3.4 Comunicação com Instituições e Sociedades.....	15
3.5 Continuidade dos debates sobre o tema .....	16
<b>4 CONCLUSÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>18</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>19</b>
Sistemática de Trabalho .....	19

## RESUMO EXECUTIVO

O relatório apresenta análise e recomendações do Grupo de Trabalho (GT) sobre Acesso Aberto, instituído pela Portaria CAPES nº 276/2023, com o objetivo de desenvolver e fortalecer políticas no Brasil que incentivem a publicação científica no modelo de Acesso Aberto. O GT realizou uma análise do contexto e dos desafios, como a mercantilização do Acesso Aberto por parte de editores, que impõe um alto custo de APCs (Article Processing Charges); a apropriação indevida dos conceitos de Acesso Aberto e a insustentabilidade do modelo financeiro baseado exclusivamente em APCs. Diante desse cenário, propõe-se a assinatura de acordos que contemplem o pagamento de APCs ilimitadas e o fortalecimento das revistas nacionais. A proposta é convergir esforços na busca da promoção e democratização do conhecimento e o fortalecimento da produção acadêmica nacional com vistas a aumentar a visibilidade da ciência brasileira e consolidar sua presença no cenário global. Por se tratar de temática atual e dinâmica, sugere-se a continuidade das discussões.

## 1 INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os principais avanços, desafios e recomendações discutidos pelo Grupo de Trabalho (GT) sobre Acesso Aberto, instituído pela Portaria CAPES nº 276, de 04 de dezembro de 2023.

O Grupo de Trabalho, de caráter consultivo, teve a finalidade de propor um novo objeto de atuação do Programa de Apoio à Disseminação de Informação Científica e Tecnológica (PADICT), mediante o financiamento de publicação de artigos em Acesso Aberto, no âmbito das contratações do Portal de Periódicos.

Os objetivos específicos do Grupo de Trabalho encontram-se detalhados na Portaria CAPES nº 276/2023.

Considerando os objetivos iniciais propostos no âmbito da portaria, ao longo do processo e das reuniões do GT, estes passaram por enriquecimentos, portanto o relatório contempla aspectos que superam os objetivos iniciais. Por outro lado, alguns objetivos não foram discutidos ou finalizados em virtude da amplitude e complexidade do tema, e serão destacados ao longo do presente relatório.

O art. 4º da Portaria nº 276/2023 estabelece as instituições que compõem o Grupo de Trabalho. A designação dos membros ocorreu por meio da Portaria CAPES nº 24, de 15 de janeiro de 2024, alterada pela Portaria CAPES nº 109, de 19 de abril de 2024, que estabeleceu os representantes titulares e suplentes, conforme disposto no Anexo I deste documento.

Nesse sentido, as discussões do GT enfocaram no financiamento das taxas de publicação ou Article Processing Charges (APC), objetivando assegurar a equidade entre os beneficiados por essa política. Buscou-se debater sobre a infraestrutura adequada, que possibilite aos pesquisadores brasileiros, publicar em revistas reconhecidas globalmente, sem custos adicionais, para aumentar a visibilidade e o impacto de seus achados científicos. O custo dessas publicações é o ponto mais crítico, uma vez que apesar do ônus da publicação não mais recair sobre leitores ou autores, gerenciar recursos públicos limitados em um ecossistema científico tão diverso como o brasileiro requer estratégia e assertividade.

Por fim, a estruturação de uma política pública para pagamento de APC, objeto das discussões do GT, é apenas uma parte da ampla temática da ciência aberta.

## 2 ANÁLISES E DEBATES

### 2.1 Discussão sobre os modelos de acesso aberto e as contradições impostas pelas editoras comerciais

No âmbito do GT surgiram os seguintes debates:

- **Mercantilização do acesso aberto**

O movimento de Acesso Aberto surgiu com o objetivo de democratizar o conhecimento científico, tornando-o acessível a todos, sem barreiras financeiras ou restrições. No entanto, a crescente mercantilização desse modelo tem gerado preocupações, uma vez que editoras comerciais geralmente cobram taxas elevadas de Article Processing Charges (APCs), transformando o Acesso Aberto em um sistema economicamente excludente e inviável financeiramente, em um contexto que se tenha limitação de recursos. Em vez de eliminar barreiras, a mercantilização impõe novas barreiras, criando novas desigualdades, dificultando o acesso, em especial dos pesquisadores que estão em instituições com maiores limitações de recursos. O Acesso Aberto assim, acaba por ter um desvirtuamento de seu propósito original diante dos altos valores cobrados, deixando de promover a equidade e a disseminação gratuita do conhecimento.

- **Apropriação indevida dos termos de “acesso aberto” e “ciência aberta” pelas editoras comerciais**

Embora o Acesso Aberto e a Ciência Aberta sejam conceitos fundamentados na transparência e na inclusão, editoras comerciais têm frequentemente utilizado esses termos de maneira estratégica para justificar a cobrança de altas taxas de APCs, apropriando-se indevidamente dos princípios do movimento. Essa prática desvirtua a essência do Acesso Aberto, transformando-o em uma ferramenta de lucro em vez de um meio de democratização do conhecimento. É crucial promover uma conscientização ampla sobre essas práticas e incentivar o uso de modelos sustentáveis que respeitem os valores propostos pela abertura, principalmente no que se refere à inclusão.

- **Insustentabilidade do modelo APC no longo prazo em virtude dos custos**

O modelo de APCs, embora promova o Acesso Aberto, apresenta sérias limitações de sustentabilidade em longo prazo, tendo em vista os custos elevados das publicações que oneram financeiramente, de forma significativa, os pesquisadores e as instituições, especialmente em países em desenvolvimento, pois apenas aqueles com recursos conseguem publicar em periódicos de destaque. É fundamental explorar modelos alternativos, como o Acesso Aberto Diamante, que elimina taxas para autores e leitores, transferindo-as para as instituições públicas ou privadas, ou ainda para as associações científicas, as quais deverão manter os recursos humanos e a infraestrutura da editoria científica.

- **Novos olhares da avaliação dos programas de pós-graduação**

A avaliação dos programas de pós-graduação deve evoluir para refletir os princípios da Ciência Aberta e do Acesso Aberto. Além dos tradicionais indicadores de impacto, como citações e fator de impacto, novas métricas devem incluir a acessibilidade das publicações, a qualidade da disseminação do conhecimento e o impacto social das pesquisas. Essa abordagem é importante para valorizar não apenas a produção científica, mas também a sua capacidade de gerar transformações positivas na sociedade. Além disso, critérios relacionados à adesão a práticas de Ciência Aberta e ao engajamento em repositórios institucionais devem ser incentivados.

- **Criação de ações de mobilização, conscientização e engajamento da comunidade acadêmica / científica**

Para promover uma adesão efetiva ao Acesso Aberto e à Ciência Aberta, é indispensável desenvolver ações que informem, mobilizem e engajem a comunidade acadêmica. Isso inclui campanhas de conscientização sobre o Acesso Aberto, oficinas para capacitar pesquisadores, além de incentivos para a publicação em modelos de Acesso Aberto sustentáveis. A colaboração entre instituições, agências de fomento e sociedades científicas também é essencial para criar uma cultura acadêmica mais inclusiva e transparente.

## 2.2 Experiência e Políticas de Acesso Aberto em outros países

As políticas de Acesso Aberto (AA) implementadas em outros países demonstram um compromisso em garantir que os resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos sejam amplamente acessíveis, transparentes e capazes de gerar impacto significativo na pesquisa global.

Dessa forma, entende-se que tais políticas devem buscar garantir um sistema de AA eficiente, transparente e inclusivo, capaz de atender às demandas da comunidade científica brasileira e alinhar-se às melhores práticas internacionais, sendo aspectos relevantes para este fim:

1. **Recursos:** A política deve buscar garantir a cobertura das APCs para artigos publicados em periódicos Gold e Híbridos, com constituição de fundo específico para financiamento. Uma parte dos fundos públicos e privados pode ser destinada para cobrir os custos dos autores de instituições públicas ou regiões menos privilegiadas.
2. **Transparência:** A transparência deve ser promovida, sendo necessário para isso instituir uma infraestrutura adequada com implementação de plataformas onde todos os dados de financiamento de publicações em Acesso Aberto estejam publicamente disponíveis e instituir rotinas de apresentação de relatórios anuais de instituições que utilizam financiamento público, detalhando a aplicação dos recursos.
3. **Procedimentos de Pagamento:** Diretrizes claras para pagamento de APCs, abordando situações de coautoria entre diferentes instituições.
4. **Monitoramento:** Estabelecimento de indicadores de impacto para avaliar o retorno dos recursos investidos em Acesso Aberto e repositório de dados abertos nacionais para monitoramento contínuo.

Grande parte das iniciativas de AA ocorre em países europeus, a exemplo do Plano S e da ESAC. Considerando o contexto brasileiro, cabe mencionar o Plano de Ação para a Excelência de Revistas de Ciência e Tecnologia da China, iniciativa que visa fortalecer a qualidade e o impacto das publicações científicas chinesas. O plano propõe medidas para elevar os padrões editoriais, promover a internacionalização e incentivar a publicação de pesquisas de alta qualidade em periódicos chineses. Isso inclui a implementação de práticas editoriais rigorosas, a adoção de padrões internacionais e o incentivo à colaboração com pesquisadores e instituições estrangeiras. Além disso, o plano enfatiza a importância de métricas de impacto que reflitam a qualidade e a relevância das pesquisas publicadas, buscando reduzir a dependência de indicadores tradicionais, como o fator de impacto, e promovendo uma avaliação mais abrangente do impacto científico. Em resumo, o Plano de Ação para a Excelência de Revistas de Ciência e Tecnologia da China representa um esforço significativo para aprimorar a qualidade, a visibilidade e o impacto das publicações científicas chinesas, posicionando-as de forma mais proeminente no cenário acadêmico global, sendo assim um importante modelo a ser observado.

## 2.3 Princípios, Diretrizes e critérios para Publicação e Acesso Aberto

O principal objetivo do AA é democratizar o acesso à informação, permitindo que qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo, possa acessar, ler e utilizar a produção científica sem a necessidade de pagar por assinaturas ou taxas de acesso. Esse modelo de publicação apresenta algumas vantagens, tais como:

1. Maior Disseminação do Conhecimento;
2. Aumento do Impacto e da Visibilidade;
3. Fomento à Colaboração;
4. Transparência e Reprodutibilidade;

Trata-se de tema que enfrenta desafios significativos, como o financiamento sustentável dos periódicos e a resistência de algumas editoras tradicionais exigindo assim o apoio de governos, instituições de pesquisa e agências de fomento para que ganhe força e assim transforme o cenário da comunicação científica.

Considerando os aspectos elencados, o grupo debateu sobre critérios claros que devem ser considerados, uma vez que a falta dos mesmos pode levar à insatisfação da comunidade acadêmica e a um desequilíbrio na alocação de recursos, privilegiando programas mais consolidados e dificultando o crescimento de áreas emergentes e de instituições menos estruturadas.

Por outro lado, critérios bem definidos podem ajudar a criar um ambiente de publicação científica mais eficiente, equitativo e de alta qualidade, contribuindo para o avanço da ciência e para o aumento da representatividade da produção científica, sobretudo para países do Sul Global. Diante das análises realizadas, identificou-se como critérios-chave para a promoção do AA no Brasil, os seguintes aspectos:

Quadro 1 – Critérios-chave para a promoção do AA no Brasil

<b>Qualidade Editorial e Científica</b>	
<b>Ética e integridade científica</b>	Reforçar a transparência e combater revistas predatórias, com critérios rigorosos de seleção de periódicos.
<b>Estabelecimento de padrões mínimos de qualidade</b>	Exigir que os periódicos atendam os padrões e boas práticas de comunicação de pesquisas, incluindo revisão por pares, relevância científica e adoção das práticas de ciência aberta, originalidade e relevância científica.
<b>Capacitação editorial</b>	Investir na formação, profissionalização e no aprimoramento contínuo de editores, pareceristas e profissionais das equipes editoriais, garantindo que estejam atualizados com o estado da arte em comunicação científica, sendo a ABEC um importante parceiro neste sentido, considerando sua expertise na qualificação de editores de periódicos científicos.
<b>Apoio à internacionalização</b>	Incentivar a publicação de artigos em inglês e espanhol, e quando recomendável multilingue em português e inglês, ampliando a visibilidade internacional dos periódicos brasileiros.

## Financiamento e Sustentabilidade

<b>Apoio financeiro regular</b>	Criar programas governamentais e parcerias com o setor privado a fim de garantir recursos contínuos para os periódicos de acesso aberto.
<b>Critérios para financiamento de APCs</b>	Definir políticas claras para a concessão de financiamento para APCs em periódicos Gold e Híbridos.
<b>Sustentabilidade financeira</b>	Adotar modelos mistos de financiamento público e privado para garantir a continuidade dos programas de acesso aberto e dos periódicos.
<b>Parcerias para financiamento</b>	Buscar outros parceiros para financiamento das publicações, tais como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, considerando os recursos limitados no âmbito do Portal de Periódicos e seu papel como infraestrutura básica para a pesquisa no país.

## Infraestrutura Tecnológica

Fortalecer infraestruturas nacionais de comunicação de pesquisas em ciência aberta com destaque para a plataforma SciELO;

Disponibilizar plataforma para cadastro e acompanhamento das publicações em acesso aberto financiadas com recursos públicos.

Apoiar repositórios digitais de acesso aberto: Criar e fortalecer a infraestrutura e interoperabilidade de repositórios digitais, facilitando o acesso, disseminação e preservação de artigos científicos e dados de pesquisa, garantindo o cumprimento de diretrizes de acesso aberto.

## Transparência e Governança

<b>Enriquecimento das métricas e indicadores de desempenho dos periódicos do Brasil</b>	Desenvolver um portal de indicadores de desempenho dos periódicos do Brasil que combine citações por artigo e citações normalizadas, presença nas redes sociais, acessos e impacto social que permitam acompanhar a evolução do desempenho dos periódicos. Destaca-se a importância de considerar critérios que avaliem as revistas dentro de suas respectivas áreas, com barreiras para detecção de revistas com indícios de más práticas editoriais, ou práticas editoriais predatórias, combinando indicadores quantitativos e qualitativos.
<b>Gestão transparente de recursos</b>	Implementar políticas claras de prestação de contas sobre o uso dos recursos financeiros destinados à publicação, garantindo o bom uso dos fundos de APCs e outros incentivos financeiros.
<b>Governança participativa</b>	Incentivar a criação de comitês consultivos com a participação de editores, revisores, autores e leitores, garantindo que a governança das publicações seja inclusiva e democrática.

## Diversidade, equidade, Inclusão e acessibilidade

<b>Inclusão e regionalização</b>	Incentivar a participação de instituições de diferentes regiões e áreas do conhecimento, evitando concentração excessiva de recursos.
<b>Equidade de gênero e etnia</b>	Promover ambientes, políticas e procedimentos em prol da participação equitativa de indivíduos e grupos por gênero e etnia na gestão, acesso e publicação de pesquisas.
<b>Acessibilidade</b>	Promover ambientes, políticas e procedimentos em prol da participação de indivíduos com deficiência.
<b>Suporte a publicações de nicho</b>	Apoiar periódicos dedicados a áreas de conhecimento emergentes ou menos exploradas, garantindo diversidade de temas e abordagens.

## Interoperabilidade e Integração Internacional

<b>Alinhamento com a Ciência Aberta</b>	Adotar as práticas do modus operandi de Ciência Aberta, como a licença Creative Commons CC BY, preprints como início do fluxo de comunicação de pesquisas, artigos em acesso aberto publicados de modo contínuo tão logo editados, declaração e disponibilização dos dados de pesquisa subjacentes aos artigos, publicação do nome do editor responsável pela avaliação, publicação dos pareceres para promover a reprodutibilidade e o impacto social das publicações.
<b>Adoção de padrões internacionais</b>	Incentivar o uso de padrões internacionais para indexação e interoperabilidade entre bases de dados, como o DOI (Digital Object Identifier), o ORCID, o ISSN (International Standard Serial Number), o ISBN (International Standard Book Number), a ARK (Archival Resource Key), o HDL.Net e protocolos OAI-PMH para repositórios.
<b>Parcerias com editoras internacionais</b>	Promover colaborações com editoras e repositórios internacionais, facilitando a inserção dos periódicos do Brasil em bases de dados globais, como Scopus, Web of Science e outros indexadores de prestígio.

## Monitoramento e Avaliação Contínua

<b>Revisão periódica de desempenho</b>	Implementar ciclos regulares de avaliação dos periódicos e das plataformas de publicação, com base em indicadores de impacto, qualidade editorial e sustentabilidade.
--	---

Fonte: Elaboração própria, 2024

### 2.3.1 Fortalecimento de revistas do Brasil

O Acesso Aberto representa uma transformação positiva no ecossistema acadêmico e científico, alinhada com os princípios da ciência aberta. Atualmente, várias universidades e institutos de pesquisa no Brasil possuem seus próprios **repositórios digitais**, conforme levantamento realizado pelo IBICT, onde armazenam teses, dissertações, artigos e outros materiais científicos em formato de Acesso Aberto, mas apesar dos avanços, o Acesso Aberto no Brasil ainda enfrenta desafios.

Muitos pesquisadores e instituições ainda relutam em adotar o modelo devido a preocupações com a qualidade das publicações, bem como a falta de recursos financeiros para manter plataformas de Acesso Aberto e a resistência de algumas editoras comerciais. Somado a isso, há falta de informações e suporte adequado de tecnologia e bibliotecários para a classificação e elaboração de políticas de gestão e sustentabilidade para os repositórios de publicações e de dados. No entanto, o movimento continua crescendo, impulsionado pela crescente demanda por maior transparência e equidade no acesso ao conhecimento, e fortalecimento da produção e disseminação do conhecimento de forma democrática e inclusiva. Ao analisarmos esse movimento que começou a ganhar força no início dos anos 2000, temos iniciativas importantes.

A SciELO (Scientific Electronic Library Online) é uma iniciativa pioneira que tem desempenhado um papel central no fortalecimento do Acesso Aberto no país. Fundada em 1997, a SciELO promove o livre acesso a periódicos científicos da América Latina e Caribe, além de Portugal, África do Sul e Espanha. O Brasil, sendo um dos países líderes neste consórcio, vê na SciELO uma plataforma essencial para a disseminação de sua produção científica globalmente.

O Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), lançado em 2003 pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), foi também um dos marcos iniciais desse movimento no Brasil. Baseado no Open Journal Systems (OJS), o SEER oferece uma plataforma para a publicação de periódicos acadêmicos em acesso aberto, ajudando a consolidar uma rede de revistas científicas que seguem esse modelo.

A SBCOpenLib é uma plataforma inovadora que fortalece a ciência brasileira ao promover o Acesso Aberto na área de computação. Com isso, a Sociedade Brasileira de Computação fomenta a troca de conhecimentos, apoia o desenvolvimento acadêmico e tecnológico e eleva o status da pesquisa em computação do Brasil no cenário global. A SBCOpenLib também incentiva os autores a publicarem em Acesso Aberto, alinhando-se com as práticas globais de disseminação do conhecimento. O objetivo é garantir que as pesquisas sejam compartilhadas amplamente, estimulando o avanço tecnológico e o desenvolvimento científico no país.

Neste contexto, o Grupo de Trabalho entende que para a consolidação de uma política de acesso aberto é fundamental o fortalecimento das revistas editadas no Brasil, por meio de parcerias com instituições como SciELO e IBICT, promovendo assim a nacionalização e infraestrutura de repositórios digitais. Ademais, é importante a construção de repositórios de trabalhos brasileiros por instituições como IBICT que funcionem de forma integrada, uma vez que diversos sistemas de repositórios que não se integram, acabam por enfraquecer o processo.

### 2.3.2 Elegibilidade, Financiamento e Distribuição de APCs

O GT discutiu intensamente os critérios para o financiamento de APCs, resultando na publicação da **Portaria CAPES Nº 120, de 26 de abril de 2024**, que estabelece diretrizes e normas para o aprimoramento e funcionamento do Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos. A Portaria especifica quem pode se beneficiar do Programa, definindo como elegíveis para acessar os periódicos e serviços científicos oferecidos:

1. Instituições de Ensino Superior (IES): As universidades públicas e privadas, além de centros de pesquisa e ICTs são os principais participantes do programa. As IES que possuem

programas de pós-graduação stricto sensu avaliados pela CAPES podem se inscrever e receber apoio para a publicação de artigos científicos.

2. Pesquisadores e Estudantes de Pós-Graduação: Professores, pesquisadores e estudantes de programas de pós-graduação são os beneficiários diretos do programa, podendo publicar seus trabalhos em periódicos de acesso aberto, com os custos de publicação (APCs) cobertos pela CAPES, desde que sejam periódicos que integrem os acordos de leitura e publicação firmados pela CAPES.

3. Instituições Parceiras: A Portaria também permite a participação de outras instituições de fomento à pesquisa ou associações científicas que mantenham convênios ou parcerias com a CAPES, desde que sigam as normas estabelecidas pelo Programa.

Ademais, a Portaria estabelece requisitos que os editores de periódicos ou proceedings devem atender para que a publicação em acesso aberto seja custeada pela CAPES, sendo eles:

1. Oferecer APCs ilimitadas;
2. Possuir ISSN nos periódicos ou ISBN nos proceedings;
3. Possuir DOI e revisão por pares dos artigos;
4. Realizar a preservação digital de seus conteúdos;
5. Possuir publicação contínua;
6. Permitir que os autores retenham os direitos autorais sobre suas publicações;
7. Disponibilizam em sua página na internet o texto completo dos artigos em formato HTML e PDF;
8. Disponibilizar dados de citações acadêmicas de forma irrestrita no CrossRef;
9. Possuir infraestrutura que permita identificar e-mail e ORCID do autor correspondente, e instituições às quais ele está vinculado, devendo constar no artigo publicado tais informações;
10. Possuir infraestrutura que permita identificar as instituições financiadoras da pesquisa e da APC;
11. Disponibilizar a publicação do artigo com acesso aberto imediato sob a licença Creative Commons CC BY; e
12. Possuir seus periódicos ou proceedings indexados em bases de dados bibliográficos tais como Web of Science Core Collection, Crossref, Directory of Open Access Journals (DOAJ), SciELO, Scopus, OpenAlex, Catálogo 2.0 Latindex ou outros sistemas de indexação.

Na Portaria são estabelecidos ainda os critérios a serem atendidos pelo autor candidato ao pagamento de APC para publicação com acesso aberto no âmbito do PADICT, sendo eles:

1. Estar previamente registrado na Plataforma Sucupira como docente, discente ou egresso de programa de pós-graduação ofertado por IES participante do PADICT, ou ser agente público de instituição participante do PADICT;
2. Possuir identificador ORCID único;
3. Ser o autor correspondente da publicação;
4. Autorizar o acesso aberto imediato da publicação, sob a licença Creative Commons CC BY; e
5. Incluir de forma visível e no idioma de publicação do documento, o seguinte texto: “A Taxa de Processamento de Artigo da publicação desta pesquisa foi custeada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (identificador ROR: 00x0ma614). Para fins de acesso aberto, os autores atribuíram a licença Creative Commons CC BY a qualquer versão aceita do artigo”.

Em resumo, a Portaria CAPES Nº 120, de 26 de abril de 2024, reflete o entendimento do GT e compromisso com a promoção da excelência acadêmica e científica no Brasil, incentivando a publicação em Acesso Aberto e estabelecendo normas para o uso eficiente dos recursos públicos em prol da ciência.

A Portaria definiu como critério assinar acordos que prevejam apenas APCs ilimitadas, considerando o grande desafio para distribuição de cotas das taxas de publicação entre Programas de Pós-Graduação (PPGs).

Embora seja necessária uma distribuição equitativa que contemple áreas e programas menos consolidados, garantindo-lhes acesso aos recursos para o desenvolvimento acadêmico, a limitação de APCs torna inviável atender a todos os PPGs.

Foram realizadas análises de propostas como a distribuição por ordem de chegada, que recebeu críticas por poder excluir publicações com maior impacto que necessitam de prazos mais longos para aprovação. Outra proposta seria a distribuição dos tokens para que a Universidade alocasse entre seus PPGs, recebendo críticas com relação aos critérios de definição do número de tokens para cada instituição, garantia de critérios transparentes para destinação dentro da instituição, além do risco de faltar tokens para uma instituição e sobrar em outra.

## 3 RECOMENDAÇÕES FINAIS

### 3.1 Diretrizes, Critérios e Elegibilidade

A Política Nacional de Acesso Aberto deve estabelecer diretrizes claras para a democratização da ciência e para o suporte financeiro à publicação científica. Alinhada à Portaria CAPES Nº 120/2024, esta política reforça a necessidade de fortalecer a divulgação do conhecimento por meio de periódicos de Acesso Aberto de alta qualidade e relevância. O SciELO, como referência de publicação científica, é destacado como modelo para a definição de critérios de qualidade e avaliação, assegurando que as pesquisas tenham alcance global e alto impacto, sendo importante neste definir critérios que contemplem as mais diversas áreas de pesquisa.

### 3.2 Validação dos critérios com a comunidade científica

Entende-se que após definição dos critérios, é importante abrir uma frente de discussão envolvendo a comunidade científica, por meio de consulta pública para validar os critérios de distribuição com os coordenadores dos programas e a comunidade científica.

### 3.3 Realização de Projeto Piloto

A implementação de modelos experimentais no formato piloto para avaliar o impacto das decisões de alocação e ajustar as estratégias ao longo do tempo é uma importante estratégia recomendada pelo grupo. Nesse sentido, a assinatura pela CAPES do primeiro acordo transformativo, que prevê leitura e publicação, com a American Chemical Society – ACS possibilitará analisar o quantitativo de APCs aprovadas e a tendência de publicação nos periódicos da ACS antes e após o acordo. Sendo a experiência piloto que subsidiará análises e ações estratégicas, bem como de monitoramento e controle nas contratações posteriores.

### 3.4 Comunicação com Instituições e Sociedades

**No que se refere às ações de comunicação, destaca-se como importante algumas ações:**

- Promover debates, eventos com as Universidades e Sociedades Científicas para incluir a pauta da Ciência Aberta e Acesso Aberto de modo a estimular e engajar toda a comunidade nacional nesta defesa.
- Adotar estratégias de divulgação ampla no âmbito da comunidade científica, dos acordos para publicação em acesso aberto. Importante que sejam envolvidas todas as instituições, podendo a CAPES produzir o material de divulgação e disponibilizar para que as instituições utilizem para fins de publicização.
- Implementar ações de divulgação que também enfoquem o público jovem, por meio de campanhas em redes sociais conjuntamente com outros atores do Ecossistema da comunicação científica.

### 3.5 Continuidade dos debates sobre o tema

Por fim, destaca-se a necessidade de constituição de um novo Grupo de Trabalho para continuidade dos debates, tendo em vista que não foi possível concluir a discussão sobre todos os objetivos propostos no âmbito da Portaria, assim como ampliar o debate sobre os temas que surgiram. Destaca-se nesse sentido:

- Acordos com ofertas de APCs não ilimitados, uma vez que trata-se de um ponto sobre o qual não foi possível estabelecer consenso uma vez que dependerá da definição de uma política de distribuição;
- Analisar a possibilidade de parcerias entre a CAPES e as Instituições de Ensino Superior (IES), bem como agências de fomento a fim de possibilitar o financiamento das taxas de publicação em revistas de Acesso Aberto, incluindo formas de apoio ou subsídio a revistas AA Diamante que possuam revisão por pares e não cobrem taxas.
- Definir princípios e diretrizes que subsidiarão a elaboração de material de apoio para universidades e agências de financiamento, cooperando com as políticas de Acesso Aberto, incluindo boas práticas e respostas às dúvidas frequentes.
- Estabelecer critérios de inclusão de artigos no pagamento de APC na modalidade de pesquisa comunicada (artigos de pesquisa original, reviews, outros tipos de documentos publicados em periódicos, trabalhos apresentados em congressos, etc.).
- Orçamento necessário à implementação dos Acordos de Publicação em Acesso Aberto e preservação da produção científica brasileira tanto em periódicos brasileiros abertos como em periódicos internacionais.
- Estipular formas e responsáveis pelo pagamento de APC quando a publicação pertencer a mais de um autor vinculado a instituições distintas, considerando o caso de artigos em grandes colaborações internacionais.
- Ampliar o debate sobre temas emergentes das discussões, como a mercantilização do acesso aberto; à apropriação indevida dos termos 'acesso aberto' e 'ciência aberta' por editoras comerciais; a insustentabilidade do modelo APC a longo prazo devido aos altos custos; novos olhares sobre a avaliação dos programas de pós-graduação; e a criação de ações para mobilizar, conscientizar e engajar a comunidade acadêmica e científica.
- Enriquecimento de métricas e indicadores de desempenho das revistas do Brasil.
- Investimentos na infraestrutura de repositórios institucionais de publicações científicas, e bibliotecas digitais de teses e dissertações, bem como mensuração de valores necessários.

## 4 CONCLUSÃO

As discussões empreendidas durante o ano de 2024 no âmbito do Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria CAPES 276/2023, corroboram o entendimento de que é essencial refletir sobre os desafios que permeiam o cenário da comunicação científica nacional, em especial no que se refere à equidade.

Buscou-se alternativas e soluções que possam contribuir com o aumento da visibilidade da produção científica brasileira, associada a um modelo sustentável no pagamento de taxas de publicação. A limitação de recursos para publicar é, sem dúvidas, o maior entrave para o alcance desse objetivo. Assim, as discussões realizadas indicam que, no momento, a celebração de acordos transformativos, que preveem publicações ilimitadas é o caminho mais adequado. Ademais, o depósito de artigos em repositórios e bibliotecas digitais ou do tipo servidor de preprint (exemplo: arXiv) também deve ser incentivado.

Nesse sentido, repensar os moldes da avaliação atual, ainda centrada em métricas tradicionais como o fator de impacto, que acabam por direcionar a publicação em periódicos de prestígio é fundamental. O foco deve ser a avaliação qualitativa do artigo e não da revista, além da busca por boas práticas editoriais e critérios bem definidos para revisão por pares. Diante desse cenário, o fortalecimento das revistas nacionais é outra necessidade premente, sendo recomendado, neste sentido, estabelecer diálogo com as áreas de avaliação dos programas da CAPES.

Cabe pontuar que modelos reconhecidamente bem sucedidos como o SciELO são balizadores da política de acesso aberto que está sendo construída, o que não impede que outros critérios e possibilidades sejam acrescentados e contribuam para o alcance da democratização almejada com o movimento pelo Acesso Aberto.

O Grupo de Trabalho discutiu pontos importantes para a elaboração de uma política de acesso aberto, cujo resultado culminou na publicação da Portaria 120/2024 que dispõe sobre o pagamento de taxas de publicação na CAPES. Sobre a questão, o acordo transformativo celebrado com a ACS será o piloto para análise dos resultados obtidos com esse novo modelo de negócios. Tais ações mostram o avanço das discussões sobre Acesso Aberto no âmbito da CAPES e os resultados subsidiarão a tomada de decisão e a definição das estratégias a serem estabelecidas junto à comunidade acadêmica para fomentar o Acesso Aberto.

Para que o Framework de comunicação científica no âmbito da CAPES possa ser desenhado, é necessário comprometimento da comunidade, reconhecimento das ações de incentivo de publicação em revistas do Brasil, governança em boas práticas editoriais e equidade no pagamento de taxas de processamento de artigos. Além disso, é importante assegurar que os artigos produzidos pelo Brasil tenham qualidade, e possam estar preferencialmente em acesso aberto, garantindo maior visibilidade e possível reutilização e citação dos resultados das pesquisas. Por fim, sugerimos que as discussões sejam contínuas, uma vez que, a temática é sensível e está evoluindo de forma dinâmica exigindo respostas assertivas pelos tomadores de decisão.

## REFERÊNCIAS

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Portaria CAPES nº 109, de 19 de abril de 2024. Altera a Portaria nº 24 de 15 de Janeiro de 2024, que designou os membros do Grupo de Trabalho instituído por meio da Portaria nº 276, de 4 de dezembro de 2023. Diário Oficial da União: seção 2, Brasília, DF, p. 27, 23 abr. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-capes-n-109-de-19-de-abril-de-2024-555662409>. Acesso em: 12 dez 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Portaria CAPES nº 120, de 26 de abril de 2024. Dispõe sobre o pagamento de Taxas de Processamento de Artigo para publicações com acesso aberto no âmbito do Programa de Apoio à Disseminação de Informação Científica e Tecnológica (PADICT). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 59, 30 abr. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-capes-n-120-de-26-de-abril-de-2024-557069084>. Acesso em: 12 dez 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Portaria CAPES nº 276, de 04 de dezembro de 2023. Fica instituído o Grupo de Trabalho, de caráter consultivo e com finalidade de propor um novo objeto de atuação do Programa de Apoio à Disseminação de Informação Científica e Tecnológica (PADICT), mediante o financiamento de publicação de artigos em Acesso Aberto - AA, inserindo Acordos de Publicação em Acesso Aberto no âmbito das contratações do Portal de Periódicos. Diário Oficial da União: seção 2, Brasília, DF, ano 67, n. 230, p. 28, 5 dez. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-capes-n-276-de-4-de-dezembro-de-2023-527766046>. Acesso em: 12 dez 2024.

## APÊNDICE

### Sistemática de Trabalho

O Grupo, ao longo do período, reuniu-se de forma ordinária e extraordinária, discutindo de forma ampla a temática. As reuniões foram realizadas ao longo do ano de 2024, de acordo com o cronograma abaixo:

Cronograma de Reuniões do Grupo de Trabalho		
DATA	REUNIÃO	PAUTA
12/03/2024	Ordinária	Estratégia de trabalho do GT
19/03/2024	Extraordinária	Estrutura de Portaria para Publicação em acesso aberto e critérios de distribuição dos APCs
26/03/2024	Ordinária	Publicações em periódicos ilimitados
02/04/2024	Extraordinária	Análise da minuta de Portaria para publicações ilimitadas
23/04/2024	Ordinária	Análise do cenário brasileiro e relação entre publicação e Pós-graduação.
14/05/2024	Ordinária	Portaria nº 120 de 26 de abril de 2024 e novas propostas de APC
27/05/2024	Ordinária	Apresentação de Editores - Springer e Wiley
10/06/2024	Ordinária	Propor critérios e diretrizes que fortaleçam e fomentem a infraestrutura e a capacidade do Brasil de publicar periódicos de qualidade em Acesso Aberto
27/06/2024	Ordinária	Apresentação de nova proposta Wiley
08/07/2024	Ordinária	Definir métricas e indicadores de qualidade de periódicos, artigos ou autores para publicação em Acesso Aberto. Propor critérios de elegibilidade para periódicos Gold e Híbridos, quanto ao pagamento de Article Processing Charge (APC), na modalidade de publicação em Acesso Aberto
29/07/2024	Ordinária	Estabelecer critérios de inclusão de artigos no pagamento do Article Processing Charge (APC) na modalidade de pesquisa comunicada (artigos de pesquisa original, reviews, outros tipos de documentos publicados em periódicos, trabalhos apresentados em congressos, etc). Fixar critérios de inclusão de artigos científicos na modalidade de Acesso Aberto Verde, contemplando a definição das versões que deverão ser arquivadas nos repositórios
05/08/2024	Ordinária	Definir princípios e diretrizes que subsidiarão a elaboração de material de apoio para universidades e agências de financiamento, cooperando com as políticas de Acesso Aberto, incluindo boas práticas e respostas às dúvidas frequentes
19/08/2024	Ordinária	Estipular formas e responsáveis pelo pagamento do Article Processing Charge (APC) quando a publicação pertencer a mais de um autor vinculado a instituições distintas e Apresentar uma expectativa de orçamento necessário à implementação dos Acordos de Publicação em Acesso Aberto e preservação da produção científica brasileira tanto em periódicos brasileiros abertos como em periódicos internacionais.

02/09/2024	Ordinária	Analisar a possibilidade de parcerias entre a CAPES e as Instituições de Ensino Superior (IES), bem como agências de fomento a fim de possibilitar o financiamento das taxas de publicação em revistas de Acesso Aberto, incluindo formas de apoio ou subsídio a revistas AA Diamante que possuam revisão por pares e não cobrem taxas.
09/09/2024	Ordinária	Reunião de alinhamento da estrutura do Relatório.
16/09/2024	Extraordinária	Análise dos critérios e diretrizes para fortalecer a infraestrutura e a capacidade do Brasil na publicação de periódicos de qualidade em Acesso Aberto. Sugestões de modelos baseados em experiências internacionais e nacionais, abordando a aplicação de recursos, transparência, procedimentos de pagamento e monitoramento, apresentando: - Proposta de critérios para elegibilidade de periódicos Gold, Híbridos e Verde para financiamento de APCs. - Diretrizes para pagamento de APCs quando há coautoria com instituições distintas e critérios para inclusão de artigos em repositórios.
30/09/2024	Ordinária	Propostas de métricas e indicadores para avaliação da qualidade de periódicos, artigos e autores.
07/10/2024	Extraordinária	Apresentação de relatório sobre revistas do Brasil
14/10/2024	Ordinária	Análise preliminar do Relatório
04/11/2024 - Manhã	Ordinária	Reunião de consolidação do Relatório Final
04/11/2024 - Tarde	Ordinária	Reunião de consolidação do Relatório Final
25/11/2024	Ordinária	Apresentação do Relatório Final